

Histórias de ditaduras e lutas de resistências - contadas para crianças

Cleber Santos Vieira

Depto. de Educação / Unifesp

“Pai, então me explica para que serve a história”. Assim um garoto, de quem gosto muito, interrogava há poucos anos um pai historiador. Sobre o livro que se vai ler, gostaria de poder dizer que é minha resposta.” (March Bloch, 1941)

“Não nos enganemos: a imagem que fazemos de outros povos, e de nós mesmos, está associada à História que nos ensinaram quando éramos crianças. Ela nos marca para o resto da vida.” (Marc Ferro, 1983)

“Gabrielle, que mora em Pisa, na Itália, concordou em dedicar algumas horas, durante suas férias na França, para examinar comigo, seu avô, essa Revolução Francesa que eu ensinei durante quarenta anos . Se formos bem sucedidos, será uma forma de nos conhecermos melhor.” (Michel Vovelle, 2006)

Ensinar história às crianças constitui um velho desafio para os historiadores. Os textos inspiradores destas epígrafes são conhecidos. Cada um ao seu modo, seu tempo e em suas concepções revelam a preocupação de três importantes historiadores com a circulação do conhecimento histórico entre as crianças. No prefácio à *Apologia da História*, Jacques Le Goff afirmou que ao escolher a interrogação de um filho como premissa para os seus estudos, Marc Bloch evidenciou que, para além de um problema epistemológico, intelectual e científico a questão da legitimidade histórica é um problema moral e cívico: “essa confiança não apenas nos mostra um homem tanto pai de família como servo de sua obra, como nos introduz ao cerne de uma de suas convicções: a obrigação de o historiador difundir e explicar os seus trabalhos.” (LE GOFF, 2001, p.17).

As assertivas de Marc Ferro sobre as *Manipulações da história no ensino e nos meios de comunicação* também são conhecidas. Elas desnudam as representações que uniformizam povos, nações, etnias em um movimento que não apenas associa a história

contada às crianças como segmento de projetos de dominação política, como também convida o leitor a estudar a história ensinada às crianças como um segmento da historiografia e história da educação ainda por se explorada, “como uma condição que não nos limitemos ao exame dos livros didáticos ou das histórias em quadrinhos, e nem à atual formulação da ciência histórica, a História que se conta às crianças e aos adultos permite conhecer ao mesmo tempo a identidade e a situação de fato de uma sociedade através do tempo” (FERRO, p.12).

Já o itinerário percorrido por Michel Vovelle é sinalizado por um roteiro de perguntas e repostas dialogadas com sua neta sobre a revolução francesa. Como que em um movimento de retomada aos compromissos públicos do historiador de que nos falava Bloch. Neste percurso, sobressai um processo de rememoração onde se entrecruzam fragmentos da vida profissional e a responsabilidade pública com as futuras gerações:

“A Gabrielle, minha neta, cúmplice destas conversas; àqueles que ainda vão crescer, Marie, Camile, Matthieu, Guillaume, e a todos outros...

Guardo carinhosamente a medalha deixada por meu pai, Gáetan Vovelle, professor primário (1899-1969), a qual traz a seguinte inscrição: “Todas as crianças do mundo são nossos filhos”. (VOVELLE, 2007)

Escrevendo em lugares e contextos diferentes – segunda guerra mundial, guerras de libertação nacional asiáticas e africanas, pós queda do muro de Berlim e avanço do neoliberalismo – os autores citados elegeram a difusão do conhecimento histórico para crianças como o foco de suas preocupações, cujas reflexões podem servir de ponto de partida para algumas análises. Primeiramente, contar histórias às crianças deveria ser objeto de reflexão de todos os historiadores, estejam eles ocupados em atividades acadêmicas ou em algum ponto do circuito formado pelos vários níveis e formas assumidas pelo ensino de história. O alto nível de especialização que há décadas norteia a produção acadêmica resultou em uma perigosa separação entre história, enquanto ciência de referência, e ensino de história levando a equivocadas leituras que vêm neste último um mero processo de transposição didática. Nesse sentido, as formulações de Bloch, Ferro e Vovelle são alentadoras, pois operam como um lembrete sobre a importância do ato de ensinar história a todos aqueles que optaram por fazer da história o ofício de suas vidas.

A questão ganha ainda mais importância se considerarmos que desde a segunda guerra mundial a experiência humana é marcada pelo empenhamento do homem



moderno na história', na qual a politização da vida privada desmanchou as fronteiras que separam esta da vida pública, conforme analisou Philippe Ariés (1992).

Mas o que significa aprender história após a segunda guerra? Ou melhor, para fazer uma analogia à clássica expressão formulada por Ariés, como as crianças descobrem a história?

Certamente, o advento da politização da vida social tem se revelado como um novo desafio aos historiadores ocupados com o ensino da história. A questão alcança contornos mais nítidos, sobretudo em sociedades que apresentam experiências de ditaduras, graves violações dos direitos humanos e por lutas de libertação nacional. Nestes países, a história contada às crianças reveste-se do compromisso público da história, dos historiadores e dos respectivos sistemas educacionais em fazer do ensino elemento de construção para a vida democrática. As reflexões têm sido apresentadas por diferentes objetos culturais.

A imprensa nos informa exemplos recentes desse tipo de produção cultural. Cite-se o livro infantil alemão *Die Strasse* (A Rua) escrito por Christina Holtei e com ilustrações de Gerda Raidt. O impresso foi destinado para um público com faixa etária de cinco anos e conta a história dos últimos cem anos de uma rua da Alemanha. Com efeito, Hitler, juventude nazista e Terceiro Reich fazem parte desta história. Temas difíceis obviamente, mas que nem por isso devam ser deixados de lado quando o assunto é formação para a vida democrática. Por sua vez, *La Asombrosa Excursión de Zamba*, série de animação argentina voltada para crianças de 5 a 12 anos, é marcada pela viagem fictícia do personagem principal, o garoto Zamba, pelo período da ditadura militar. Complexos temas da história argentina, como o da disseminação do terrorismo de estado disseminado por todo o país é adequadamente abordados a partir de uma linguagem, desenhos e roteiro que cativam a imaginação e reflexão do público infantil.

Os trabalhos acima expostos representam certa continuidade de uma maneira de pensar e contar às crianças histórias de ditaduras e lutas de resistência. Tradição que em torno da ideia de pensar determinados fatos históricos já produziu projetos mais sistemáticos como é o caso do '25 de abril para os mais novos' formulado e executado no âmbito da Universidade de Coimbra, em Portugal. Como o próprio título indica, o objetivo do projeto é apresentar o fim da ditadura salazarista às crianças através de um conjunto de obras literárias infanto-juvenis. Algumas produzidas por importantes nomes da literatura lusitana, como é o caso do título *O Tesouro*, de Manuel Antônio Pina.

No sinuoso percurso dos desafios de se constar histórias de ditaduras e lutas de resistências para crianças destaca-se ainda *As Aventuras de Ngunga*, de Pepetela. Produzido em 1972 no interior dos campos de batalhas onde os guerrilheiros do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) lutavam contra Portugal, o livro narra a vida do menino Ngunga, de 12 anos, e sua inserção na guerra de libertação nacional. De acordo com Pepetela, o texto foi escrito com o objetivo de contribuir para a alfabetização das crianças angolanas.

O Brasil não esteve alheio a este processo e podemos situar o momento da assim chamada abertura política como o contexto inicial desta produção. Os debates sobre o ensino de história transcorridos no âmbito da Anpuh compuseram um quadro de testemunhos engajados que, na busca pela superação do modelo autoritário de ensino, estimularam novas ideias pedagógicas. A esses artigos somaram-se aos textos memorialísticos publicados a partir de 1978 por ex-presos políticos, militantes, etc. Tais relatos de experiências soaram como narrativas travando, implicitamente, uma batalha sobre a memória histórica. Nos dias de hoje, ex-guerrilheiros, ex-agentes da ditadura e Estado se entrelaçam em outras duras e obnubiladas batalhas que, por vezes, elegem a imprensa como campo de luta, por outras, fóruns judiciais, ou, ainda, manifestações públicas e trabalhos acadêmicos. Claro está que as marcas do regime militar permanecem. Seguem em fluxo temporal irregular, mas seguem latente na história política do país.

Nesse sentido, a história do período militar parece acompanhar as predileções de outros campos de pesquisa conferindo insuficiente atenção à produção didática sobre a história brasileira do fim dos anos 70 em diante. Um esforço para superar esta perspectiva pode ser atribuído a Kazumi Munakata. Ao analisar a produção didática do período de redemocratização, o autor lembrou que ali predominou “uma certa cultura, senão progressista ou esquerdista, ao menos democrática e a favor da abertura, pela participação e pela promoção da cidadania. Seria injusto dizer que isso não passa de uma jogada mercadológica”.(MUNAKATA, 2001, p.291.) Abre-se então um horizonte analítico para se entender as contribuições dos impressos escolares e da literatura infanto-juvenil na formação desta cultura política. Cabe, aqui, uma indagação: como analisar a existência desta cultura política na história da ditadura contada para crianças? Um caminho possível pode ser realizado a partir da projeção das reflexões esboçadas em *Cultura política e leituras do passado: historiografia e ensino de história*



organizado pelas professoras Martha Abreu, Rachel Soihet e Rebeca Gontijo(2006) sobre o ensino da história da ditadura militar brasileira. Em um dos artigos, Ângela Astro Gomes define cultura política como:

um sistema de representações, complexo e heterogêneo”, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento e lugar” (...) Estudar uma cultura política, sua formação e divulgação - quando, quem, através de que instrumentos - seria igualmente entender com uma interpretação do passado (do presente e do futuro) foi produzida e consolidada através do tempo, integrando-se ao imaginário ou à memória coletiva de grupos sociais, inclusive nacionais. (GOMES, 2003, p.47-48)

A autora afirma a necessidade de pensar as várias culturas políticas que se enfrentam, complementam ou colidem em determinado contexto, mas que não impedem que uma delas sobressaia como hegemônica. No período de redemocratização e posterior, os impressos e a literatura infanto-juvenil compuseram esse quadro de disputas. Em contextos como estes, assinalou André Chervel, “antigos manuais ainda circulam, mas lentamente alguns deles destacam-se do conjunto constituindo ponto de partida para o surgimento de uma nova vulgata” (CHERVEL, 1990, p.204). Dentre outros, esta vulgata é composta por:

Ruth Rocha. O Reizinho mandão (1978);

Ana Maria Machado. Era uma vez um tirano (1982);

Renato Tapajós. Carapintada (1994);

Claudio Martins. Abaixo a Ditadura (2004);

Reynaldo Seriacopi. Sherlocks on the Rock nas Diretas já (2010).

Joana D’Arc Fernandez Ferraz e Elaine de Almeida Bortone. Brasil: ditadura-militar. Um livro para os que nasceram bem depois. (2012)

Esta intervenção apresentou resultados preliminares obtidos a partir da investigação que tem por eixo as relações entre direitos humanos, história e educação. Partiu-se do pressuposto de que o conhecimento da história pela desconstrução de esquecimentos é uma forma de fortalecer a democracia. Nesse sentido, a estratégia consistiu em investigar alguns caminhos pelos quais diferentes sociedades converteram reflexões sobre o passado em instrumentos de educação para a cidadania. Mais precisamente, priorizou-se a investigação do como a história das ditaduras, lutas de libertação nacional e/ou por liberdades democráticas foram e têm sido - ensinadas às crianças.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Martha et al. “Cultura Política e Leituras do Passado: Historiografia e Ensino de História”. RJ: Record, 2007.
- Ana Maria Machado. Era uma vez um tirano. 5ªed. Salamandra, 1985.
- BLOCH, Marc. Apologia da História ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BOSI, Alfredo. Narrativa e resistência. In: Literatura e resistência. SP: Cia das Letras, 2002.
- CAETANO, Marcelo José. A pedagogia da esperança em As aventuras de Ngunga. Scripta, Belo Horizonte, v.10, n.19, p.43-53, 2ºsem. 2006
- CALAN, Ronan de; MARY, DONATIEN. O Fantasma de Karl Marx. SP: Martins Fontes, 2012.
- CERTEAU, Michel de. História e Psicanálise: entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um tema de pesquisa. Teoria & Educação, v.2, Porto Alegre, 1990.
- COSTA, Carlos Augusto. Ética da memória, violência e resistência em Carapintada, de Renato Tapajós. Voos, vol.2. Ed. 01 (jul. 2010) Cadernos de letras – estudos literários.
- FERRAZ, Joana D’Arc Fernandez; BORTONE, Elaine de Almeida. Brasil: ditadura-militar. Um livro para os que nasceram bem depois. RJ: Hama, 2012.
- FIGUEIREDO, Maria Augusta da Fonseca Pires. 25 de Abril na literatura para crianças. LISBOA: Universidade Aberta, Dissertação, 2006.
- FINK, Nadine. As testemunhas e o ensino de história: uma abordagem didática. Belo Horizonte, Educação em Revista, nº47, jun. 2008.
- FIQUEIREDO, Maria Augusta de Fonseca Pires. O 25 de Abril na literatura para crianças e jovens. Lisboa, 2006.
- GAY, Peter. Represálias selvagens: realidade e ficção na literatura de Charles Dickens, Gustave Flaubert e Thomas Mann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.



GOMES, A. C. Cultura política e cultura histórica no Estado Novo. In: ABREU, Martha e SOIHET, Rachel. Ensino de História: conceitos, temáticas, metodologias. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

<http://www1.ci.uc.pt/cd25a/wikka.php?wakka=tesourobd>

JUNIOR, Benjamin Abdala. A literatura, a diferença e a condição intelectual. Saudações aos congressistas. In: IV Congresso ABRALIC. Literatura e diferenças. Anais, 1995. p xxxiii-xxxv.

LAJOLO, Marisa e ZILBERMAN, Regina. Literatura infantil brasileira: história & histórias. 6ªed. São Paulo: Ática, 2007

LAURITI, Tiago. As aventuras de Ngunga, de Pepetela: muito além da cartilha. Via Atlântica, 2011.

LAVILLE, Christian. A guerra das narrativas: debates e ilusões em torno da história. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.19, n°38, p.125-138, 1999.

LIMA, Luis Costa. História, Ficção, literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MARIANO, Juliana Camargo. A literatura infantil e o autoritarismo no século XX: um estudo comparativo entre Ruth Rocha e José Carlos Pires. Dissertação FFLCH USP, 2012.

MORAIS, Josenildo Oliveira de. A literatura infantil como instrumento de denúncia da ditadura militar. UEPB, Dissertação, 2011.

MUNAKATA, Kazumi. História que os livros didáticos contam depois que a ditadura militar acabou. In: FREITAS, Marcos (org.). *Historiografia brasileira em perspectiva*. 4ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.

PEPETELA. A geração da utopia (romance). São Paulo: Leya, 2013.

PEPETELA. As Aventuras de Ngunga. São Paulo: Ática, 1981.

PINA, Manuel Antonio. O Tesouro.

Renato Tapajós. Carapintada. São Paulo: Ática

RICHE, Rosa Maria Cuba. A história de reis e o questionamento ideológico de Ruth Rocha. Florianópolis, 1(4), 113-118. Jan/dez, 1985.

ROCHA, Ruth e ROTH, Otavio. Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Ruth Rocha. O Reizinho mandão. Quinteto editorial, 1997.

THELM, Neide e BUSTAMANTE, Regina Maria da Cunha. História comparada: olhares plurais. In: revista de História Comparada. Vol11, num. 2, jun/2007. p.1-23.